

ARMAS LETAIS E LENÇOS FLORAIS: A Revolução Social Feminista Protagonizada Pelo YPJ

Beatriz Sampaio Abreu

Resumo:

O presente trabalho tem como objeto de estudo a guerrilha curda feminina denominada YPJ, que atua na área de Rojava (nordeste da Síria). Tendo como perspectiva analítica as premissas desenvolvidas pelo movimento feminista, e focando-se na teoria da militarização de gênero, abordar-se-á a inserção de tais combatentes no cenário da guerra entre os curdos e o Estado Islâmico, indo de 2013 até os dias atuais. Objetiva-se, portanto: traçar um histórico da questão curda; investigar o vínculo entre o YPJ e as teorias feministas; e analisar os impactos que essas guerrilheiras têm tido na sociedade curda síria. Ademais, aplicar-se-á a metodologia descritiva/histórica para tratar-se da questão curda e da formação do YPJ, bem como usar-se-á o método monográfico para estudar e elaborar generalizações sobre os aspectos que caracterizam as guerrilheiras curdas. Por fim, este trabalho se embasará em livros, artigos, documentários sobre o tema e depoimentos de combatentes do YPJ, buscando aprofundar a análise feita, por meio de uma pesquisa qualitativa.

Palavras-chave: YPJ; militarização de gênero; revolução social feminista; Confederalismo Democrático; igualdade de gêneros; emancipação feminina.

INTRODUÇÃO

Criadas em 2013, as Unidades de Proteção das Mulheres, ou YPJ (*Yekîneyên Parastina Jin*), vêm travando uma guerra contra o Estado Islâmico desde 2014, na região da Síria conhecida como Rojava, o Curdistão Sírio. Representando a nação curda, que se distingue por ser a maior sem um Estado atualmente, o YPJ não apenas tem logrado uma série de vitórias contra tal grupo terrorista, como também tem protagonizado uma quebra de paradigmas tradicionalmente impostos à mulher quanto ao seu papel na guerra, na política e na sociedade.

Mediante isso, o presente estudo procura investigar a atuação dessa guerrilha curda feminina em Rojava, partindo da fundação do YPJ até 2016, explorando neste processo sua inserção no cenário de guerra que tomou o Curdistão Sírio nos últimos anos. Especificamente,

pretende-se abordar o histórico da questão curda, focando-se na formação e organização de Rojava. Tem-se também como objetivo compreender a maneira como o protagonismo do YPJ vincula-se aos pressupostos do movimento feminista, especialmente às suas críticas aos fenômenos do militarismo e da militarização de gênero. Ademais, almeja-se analisar como tais combatentes têm influenciado a mentalidade e a organização da sociedade curda em Rojava. Por fim, no tocante do que foi usado para nortear este trabalho, determinou-se que tal problemática seria como podemos compreender o papel que as guerrilheiras do YPJ desempenham no processo de desmilitarização da sociedade curda.

1. FEMINISMO, DICOTOMIAS DE SEXO E MILITARIZAÇÃO DE GÊNERO

Não se limitando necessariamente a uma das ondas do feminismo ou a determinado autor, serão abordados os debates teóricos do movimento feminista que se mostram mais pertinentes para o assunto aqui apresentado. De acordo com a teoria política feminista, gênero é um dos alicerces sobre os quais a sociedade se apoia. Esta categoria sociopolítica estabelece a forma como se interage com o mundo, distinguindo as experiências das mulheres das dos homens (ADICHIE, 2014). Isto porque gênero encontra-se tradicionalmente vinculado à diferença biológica entre os sexos masculino e feminino, fato esse que se acredita compor a matriz geradora dos problemas abordados pelo feminismo.

Isso se justifica a partir de posicionamentos como o de Monique Wittig (2000), que afirma que esta classificação perpetua uma condição de sujeição do feminino frente ao masculino, basicamente implantando na sociedade um sistema de gênero binário. Assim, esta categorização reproduz socialmente a opressão das mulheres, de maneira que se apropria de suas pessoas físicas e as reduz a meros seres definidos sexualmente inferiores, que tem como propósito garantir a reprodução da espécie humana e servir às necessidades masculinas, mantendo-as de tal forma que se tornem invisíveis e impotentes como seres sociais.

Assim sendo, chega-se a uma das máximas da teoria feminista, que afirma que gênero é uma construção social, que qualifica o feminino como frágil, vulnerável, maternal e emocional e o masculino como forte, viril, racional e objetivo. Então, o movimento feminista não apenas renega as definições padronizadas de gênero, como estabelece como sua maior reivindicação a igualdade social, econômica e política entre mulheres e homens, englobando

tópicos como o poder de agência dos indivíduos, o controle sobre seus próprios corpos, sua inserção no âmbito político e o acesso igual a oportunidades.

Outra questão feminista que apresenta grande relevância para o presente estudo é a interação entre gênero, guerra e militarismo. Por militarismo, entende-se como uma ideologia que enaltece a guerra, as instituições militares e a primazia de valores militares na sociedade, em detrimento de instituições e preceitos civis (VAGTS, 1959). Tal doutrina seria disseminada pela sociedade por meio de um processo gradual, no qual indivíduos e entidades tornam-se progressivamente controlados pelo aparato militar ou desenvolvem uma relação de dependência com os ideais militares. Por meio dessa transformação individual e social, detecta-se a conversão paulatina da percepção do militar para algo visto como normal e relevante para a sociedade (ENLOE, 2000).

Militarização engloba, portanto, a mutação das crenças e valores gerais da comunidade, para assim legitimar-se o emprego da força e a organização de exércitos permanentes. Esse fenômeno possui um vínculo estreito com o crescimento de tropas, a ressurgência de nacionalismos e fundamentalismos militantes e a alteração da competência humana, agora embasada em hierarquias de gênero, raça, classe e sexualidade (LUTZ, 2002). Ademais, perante o olhar feminista sobre militarismo, pode-se apontar como seus princípios:

a) as forças armadas são a melhor forma de resolver problemas; b) a natureza humana está suscetível a causar conflitos; c) ter inimigos é uma condição natural humana; d) relações hierárquicas geram ações efetivas; e) um Estado sem exército é ingênuo, pouco legítimo e dificilmente conseguirá se modernizar; **f) em tempos de crise, as mulheres necessitam de proteção armada; e g) em tempos de crise, todo homem que se renunciar a participar de ações armadas violentas está pondo em risco seu próprio status de ‘homem viril’** (ENLOE, 2014, grifo do autor, tradução nossa)¹.

Diante disso, nota-se a propensão de tal doutrina a pôr ênfase na dicotomia entre os sexos, destacando a posição das mulheres na sociedade como indivíduos inferiores e mais

¹ No original: “ a) that armed is the ultimate resolver of tensions; b) that human nature is prone to conflict; c) that having enemies is a natural condition; d) that hierarchical relations produce effective action; e) that a state without an army is naïve, scarcely modern and barely legitimate; f) that in times of crisis those who are feminine need armed protection; g) that in times of crisis any man who refuses to engage in armed violent action is jeopardizing his own status as a manly man”.

frágeis do que os homens, que, por sua vez, devem assumir seu lugar no topo da hierarquia social. Considerando ainda que a sociedade por si própria já possui um cunho patriarcal², a aplicação e a disseminação dos valores do militarismo nesse meio apenas potencializa o privilégio dado a tudo caracterizado como masculino, desencadeando assim um processo de militarização de gênero (ENLOE, 1938).

Sobre tal fenômeno, entende-se que ele visa criar raízes em várias esferas da vida social e política (instâncias governamentais, grupos étnicos, agências internacionais, entre outros), de forma que fique arraigada a preponderância dos pressupostos militaristas mencionados anteriormente. Como posto por Sjoberg e Via (2010), a militarização está vinculada a questão de gênero: pelo seu objetivo de conquistar poder de influência; pelo uso do complexo militar industrial como meio de alcançar sua meta; pelo emprego de uma linguagem de força e dominação; e pelos seus impactos, que afetam negativa e desproporcionalmente as mulheres.

Como um desdobramento desse processo, surge mais uma dicotomia, dessa vez, entre a masculinidade e a feminilidade militarizadas, que se manifestam tanto dentro como fora das forças armadas. Entende-se por masculinidade militarizada o procedimento no qual se certifica que atributos e conceitos associados à masculinidade serão reproduzidos e priorizados na esfera militar, rechaçando assim a aplicação de valores vinculados à feminilidade. A partir disso, tem-se o soldado como o símbolo elementar da masculinidade, que dispõe de características como coragem, controle, dominação, violência e tenacidade (EICHLER, 2014). No tocante da feminilidade militarizada, esta se refere ao controle da condição de *ser mulher* e, por extensão, do comportamento individual das mulheres, em um âmbito militarizado (SJOBORG, 2013).

Dessa forma, esse fenômeno perpetua uma correlação paradoxal entre a mulher e a esfera militar, visto que mesmo que seja prevista a atuação feminina em tal ambiente (seja ela

² O termo patriarcalismo mostra-se passível de interpretações diferentes. Por um lado, ele refere-se à ampla penetração, profundidade e interconectividade das diversas formas de subordinação das mulheres. É visto também como um termo que engloba os múltiplos aspectos da dominação masculina, de forma a enfatizar esse fenômeno como algo predominante na sociedade. Ademais, pode ser abordado a partir da perspectiva histórica da hegemonia masculina, sendo tratado assim como uma forma distinta de organização não só social como política (associada ao absolutismo), que diz respeito às relações de subordinação direta da mulher ao homem, seja no âmbito familiar ou no político (MIGUEL; BIROLI, 2014).

direta ou indiretamente³), é estabelecido que sua participação deve ser passiva e modesta, para que se tenha o funcionamento eficaz das forças armadas e do complexo militar-industrial (SJOBERG; VIA, 2010).

Nesse sentido, pode-se empregar as distinções feitas por Jean Bethke Elshtain (1941) sobre as funções que homens e mulheres exercem em um âmbito de guerra. Em primeiro lugar, os homens são vistos como o *Just Warriors* (guerreiros justos), caracterizados pela sua capacidade de serem violentos ao tentarem proteger suas famílias, pátria e/ou propriedade, engajando-se em guerras justas. Por outro lado, tem-se a representação das mulheres como *Beautiful Souls* (almas belas), que são pessoas não-violentas, puras, pacíficas e virtuosas, que necessitam de proteção por serem as provedoras de vida. Tais *Beautiful Souls* servem de motivação para os homens travarem guerras, bem como são as pessoas designadas para cuidar dos soldados que voltam dos confrontos e lamentar as perdas de guerra.

Em meio a isso, destaca-se o papel das mulheres que de fato conseguem ultrapassar esse primeiro obstáculo posto pela militarização de gênero e tornam-se soldadas. Trespasado este entrave, no entanto, observa-se que elas continuam enfrentando discriminação dentro da esfera militar. De início, entende-se que seu recrutamento tem como condição primordial não ser maior do que o número de alistamentos masculinos, assim como sua presença não deve impedir os homens de serem escolhidos para os postos de mais prestígio. Dessa forma, espera-se garantir que as forças armadas não tenham sua cultura essencialmente masculinizada subvertida, certificando-se que essa instituição mantenha seu apelo para os homens e não internalize características femininas (ENLOE, 1938).

Em virtude disso, se exige das mulheres que almejam tornarem-se soldadas a emulação de traços masculinos em termos de capacidades físicas e sociais, de forma que não demonstrem características associadas à feminilidade, como a fraqueza e vulnerabilidade, provando assim seu valor (VIA, 2010). Por outro lado, espera-se também que tais mulheres mantenham sua aparência feminina, impedindo assim a desconstrução do mundo social baseado na dicotomia de sexos. Pode-se denominar tal condição como feminilidade militarizada ideal, que, ao abordar o caso das mulheres soldadas, prega que elas devem, por um lado, ser tão capazes quanto os

³ Como soldadas e enfermeiras das forças armadas ou como mães e esposas de soldados, prestando apoio à causa e tendo sua proteção como *casus belli*.

homens, e por outro, tão vulneráveis quanto mulheres civis, sendo assim masculinas o suficiente sem perder suas características femininas (SJOBORG; GENTRY, 2007).

O privilégio concedido aos soldados frente ao modo como soldadas são tratadas institui inevitavelmente a marginalização feminina no meio militar. À vista disso, como Tami Jacoby (2010) salienta, a presença feminina na vanguarda das forças armadas não se traduz necessariamente na erradicação das estruturas de desigualdade de gênero, formal e informal, que permeiam tanto a esfera militar quanto a sociedade como um todo. Isso representa de fato a confrontação de estereótipos e atitudes chauvinistas masculinas quanto a sua atuação no meio militar. A estas soldadas pode-se aplicar o título de *Ferocious Few* (poucas ferozes), tendo em vista que atuam diretamente em cenários de batalha, revolucionando o mundo social ao tomarem para si a responsabilidade de fragmentar os estereótipos tradicionais femininos quanto ao seu engajamento em conjunturas de guerra (ELSHTAIN, 1941).

Diante deste panorama, percebe-se que o militarismo, a militarização de gênero e as forças armadas consistem em instrumentos masculinos para assegurar a sua dominação física e ideológica sobre a parcela feminina da população. Contudo, a militarização não é uma condição intrínseca da sociedade, de maneira que esta é passível de ser desmilitarizada (ENLOE, 1938). Em vista disso, será analisada em seções posteriores a possível desmilitarização protagonizada pela guerrilha curda YPJ, em virtude de seu distanciamento dos padrões de organização opressora das mulheres, apresentados pela teoria feminista da militarização de gênero.

2. A QUESTÃO CURDA E O CURDISTÃO SÍRIO: HISTÓRICO E ASPECTOS POLÍTICOS

Com o status de maior nação sem Estado atualmente, estima-se que existam cerca de 30 milhões de curdos no mundo. Eles se encontram, em sua maioria, na Turquia, no Iraque, na Síria e no Irã⁴, contando ainda com uma diáspora em Israel, Alemanha, França, entre outros países. Essa nação indo-europeia tem como dialeto predominante o Kurmanji e 75% de seus

⁴ Mapa encontra-se no anexo A, imagem 1.

nacionais seguem a corrente sunita⁵ do Islã, enquanto o restante divide-se entre praticantes de outras vertentes dessa religião (xiismo, alevismo, yazidismo e Ahl-i-Haqq) e do cristianismo e do judaísmo, destacando-se, no entanto, que o movimento curdo identifica-se como secularista⁶ (ROMANO, 2016).

A questão curda inicialmente carregou em seu cerne o pleito pela conquista de um Estado próprio, o Curdistão⁷. Contudo, desde o final da década de 90, assumiu-se uma nova

⁵ Principal vertente do islamismo. Essa corrente foi formada simultaneamente a da xiita, de forma que uma contrapõe a outra. Tendo início nos primórdios do Islã, essa divisão se deu por conta da questão da sucessão do profeta Maomé. Passados três califados de sucessores (Abu Bakr, 632 d.C.-634 d.C.; Omar, 634 d.C.-644 d.C.; e Utmã, 644 d.C.-656 d.C.), Ali, primo de Maomé, que pleiteava seu lugar como califa desde a morte do profeta, conseguiu ascender ao poder e governar de 656 d.C. a 661 d.C. Seu califado chegou ao fim por conta de uma guerra civil que foi deflagrada entre ele e Muawiya, que alegava que Ali havia arquitetado a morte de Utmã, seu primo, para então poder se tornar o califa. Como desdobramento desse conflito, Ali perde a guerra e renuncia o califado, que é tomado por Muawiya. Por conta disso, e indignados com o assassinato dos filhos de Ali por Muawiya, os xiitas (partidários de Ali, *Shi'at Ali* em árabe) formam sua própria corrente do Islã, sendo essa uma minoria, que implementou mudanças na forma tradicional como era seguida a religião (exemplo: tendem a líderes religiosos pessoais). A maioria dos islâmicos permaneceu no tronco principal da religião, que passou a ser chamado de sunita, que segue a tradição do Islã de fato (exemplo: não adoram a líderes religiosos, sendo que, para eles, os únicos que devem ter seus ensinamentos seguidos são Allah e Maomé).

⁶ Apesar da miríade de grupos religiosos que compõe a nação curda, sendo alguns deles fundamentalistas, não se tem uma incidência de conflitos religiosos registrados entre essas comunidades, de forma que a cultura religiosa curda é uma das únicas no Oriente Médio que é amplamente reconhecida por sua tolerância religiosa (THE KURDISH PROJECT, 2015).

⁷ O mais próximo que os curdos chegaram de alcançar esse objetivo foi no período entre a queda do Império Turco-Otomano e o estabelecimento da República Turca, ao final da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Durante a guerra, o governo britânico havia usado da força curda para auxiliá-lo na derrota de tal Império, prometendo a essa nação que, uma vez terminado o imbróglio, o Curdistão se tornaria independente. De fato, houve uma tentativa de concretizar essa promessa por parte dos britânicos, que elaboraram o Tratado de Sèvres (1920), que não só estabelecia os termos de paz entre os ganhadores da guerra e o Império Turco-Otomano, como visava a criação do Estado Curdo (TORELLI, 2016). Contudo, após a deposição do então governo turco, instaurou-se um novo regime, liderado por Mustafa Kemal Atatürk, que se recusou a aceitar as medidas postas pelo Tratado de Sèvres. Em decorrência disso, formulou-se um novo acordo, o Tratado de Lausanne (1922), que basicamente estabeleceu o território turco como se conhece hoje e eliminou a ideia de conceder a independência ao Curdistão (ROMANO, 2006). Ademais, em meio a tentativa turca de integrar a população curda ao seu Estado, observou-se também a anexação por parte da Síria dos curdos que

proposta político-ideológica, o Confederalismo Democrático, por considerar-se que o modelo de Estado-Nação não seria o melhor para a sociedade curda (MOREL, 2016)⁸. De acordo com esse novo posicionamento, o Estado-Nação possui uma ligação estreita com o capitalismo, de forma que encoraja e facilita a exploração da população, domesticando a sociedade a partir dos moldes capitalistas. Além disso, alega-se que essa entidade política, que se fundamenta no nacionalismo e no sexismo, perpetua o monopólio de todos os processos sociais, sejam eles políticos, econômicos ou ideológicos. Assim, o Estado-Nação passou a ser visto pela nação curda como um ator opressor, que inviabiliza a libertação de seu povo e impõe obstáculos para qualquer forma de desenvolvimento social. Diante disso, assumiu-se como a nova aspiração da questão curda o estabelecimento de uma democracia sem Estado (OCALAN, 2011).

Para tanto, guiado pela perspectiva política de Abdullah Ocalan (líder do partido curdo mais importante da Turquia, o PKK), o movimento curdo afirma que se deve primeiro instituir uma autonomia democrática, que, por sua vez, daria as bases para o Confederalismo Democrático. Argumenta-se que através da autonomia democrática, as elites políticas representativas seriam substituídas pela sociedade civil e pelas formas diretas de democracia. Isso se daria por meio da instauração de vilas, cidades e conselhos regionais, que viabilizariam a participação pública direta e a cooperação na sociedade curda, desencadeando assim um estado de autogoverno.

Em um cenário como esse, os conselhos mediam disputas, proporcionam serviços à população e criam corporações, visando a melhor organização desse sistema. Destaca-se ainda que 40% dos representantes que integram esses conselhos devem obrigatoriamente ser mulheres, bem como essa estrutura é governada na base de uma copresidência, com membros de gêneros opostos. Dado isso, essa ideologia afirma que poderia ser instaurado o Confederalismo Democrático, que prega a vinculação de todos os conselhos existentes sob a égide de uma organização, sobrepujando assim o Estado e suas fronteiras, bem como criando

habitavam o sul da Turquia; a convergência forçada dos curdos iraquianos com árabes sunitas e xiitas; e a permanência de uma parcela considerável dessa nação no Irã. Pode-se dizer, portanto, que este episódio marca o começo da questão curda de fato.

⁸ Disponível em: < <http://www.revistadiaspora.org/2016/02/22/confederalismo-democratico/> >.

uma ligação entre os curdos da Turquia, Síria, Irã e Iraque, sem pôr em risco, no entanto, sua integridade territorial (O'DRISCOLL, 2015).

Em virtude do tema a ser abordado pelo presente trabalho, focar-se-á na situação política do Curdistão Sírio. Pode-se caracterizar a história da interação das minorias curdas com o governo sírio como não menos que conturbada. O início dessa relação foi marcado pelo emprego de políticas de centralização demográfica e política pelo regime Ba'ath de Hafez al-Assad (1971-2000), que resultaram na marginalização e privação de obtenção de cidadania pela população curda, os deixando sem representação e proteção política⁹ (SARY, 2016).

Por anos, o regime Ba'ath foi constantemente brutal e intolerante com os curdos sírios, posição essa vista como paradoxal, se considerarmos o apoio que o mesmo oferecia à guerrilha curda na Turquia¹⁰. Contudo, a situação das minorias curdas sírias passou por uma transformação no começo da guerra civil na Síria, em 2011. Frente a esse confronto, o já presidente Bashar al-Assad retirou suas forças armadas das regiões curdas, para consolidar seu poder de resposta aos ataques dos rebeldes árabes; e decidiu conceder a cidadania aos curdos, esperando que isso lhe garantisse o apoio desse povo contra sua oposição.

Vale mencionar que os efeitos dessas decisões penduraram, tendo em vista que não só essas áreas curdas estão hoje sob o controle do Partido da União Democrática Curdo e de suas milícias, como esses curdos se tornaram um dos atores centrais na guerra civil na Síria e na luta direta contra o Estado Islâmico (TORELLI, 2016; CAVES, 2012). No que se refere ao Partido

⁹ Deve-se mencionar também a tentativa do regime sírio de interromper a continuidade do território curdo, ao estabelecer um “cinturão árabe” da região de Jazira, no Nordeste da Síria, até a cidade curda de Kobane (SARY, 2016).

¹⁰ A partir da década de 90, a guerrilha curda turca passou a ser usada pela Síria como arma de guerra por procuração contra a Turquia. Esses países eram hostis um com o outro desde o fim da Primeira Guerra Mundial (ocasião na qual brigaram sobre o controle do protetorado de Hatay. Dessa forma, o apoio ao movimento curdo na Turquia foi visto pela Síria como uma forma de desestabilizar seu inimigo. O suporte sírio chegou ao ponto desse Estado servir de base de ataques curdos contra a Turquia e de Damasco (capital da Síria) ser usada como refúgio por Abdullah Ocalan, líder o movimento curdo na Turquia e criador do Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK – *Partiya Karkerên Kurdistanê*), que estava sendo perseguido pelo governo turco. A situação se agravou de tal forma que, em 1998, um conflito aramado quase foi deflagrado entre esses países, sendo evitado, no entanto, pela expulsão de Ocalan pelo governo sírio, sendo que ele escapou, primeiro para a Rússia e depois para a Itália, até ser preso pela Turquia em 1999 (TORELLI, 2016).

da União Democrática (PYD - *Yekîtiya Partiya Demokrat*), entende-se que ele é um dos blocos políticos de maior proeminência em Rojava¹¹.

Fundado em 2003, o PYD é uma extensão do Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK – *Partiya Karkerên Kurdistanê*)¹², que atua primariamente na Turquia. Assim, o partido curdo sírio guia-se pelo modelo de Confederalismo Democrático desenvolvido por Abdullah Ocalan, fundador e líder do PKK, tendo então como objetivos políticos a instauração de uma democracia pluralista e o reconhecimento constitucional dos direitos dos curdos sírios e de sua autonomia democrática (CARNEGIE MEC, 2012)¹³.

Outro desdobramento da aplicação da perspectiva política de Ocalan é a internalização de sua aspiração pela igualdade dos direitos políticos, sociais e econômicos entre os gêneros, partindo de um pressuposto de que a liberdade social só será alcançada mediante a libertação das mulheres e a rejeição do sexismo, do patriarcado e das estruturas de autoridade e do poder (OCALAN, 2013). Um reflexo disso é a forma como o PYD é governado, a partir de uma copresidência composta de um homem e uma mulher¹⁴.

¹¹ Além do PYD, tem-se como um dos blocos mais importantes do Curdistão Sírio o Conselho Nacional Curdo (KNC – *Kurdish National Council*). Fundado em 2011, o KNC é formado por 16 partidos curdos sírios fracos, ineficientes e sob a influência do Governo Regional Curdo (KRG – *Kurdish Regional Government*) do Curdistão Iraquiano, bem como é uma réplica do Conselho Nacional Sírio (SNC – *Syrian National Council*). Seu propósito central era congregar todos os partidos curdos, para então organizar uma força de oposição ao regime sírio, contudo, o PYD decidiu agir unilateralmente desde o início da guerra civil síria, se recusando a entrar no KNC (HEVIAN, 2013).

¹² Fundado em 1978, por Abdullah Ocalan, o PKK é de orientação marxista-leninista, bem como visto como uma organização terrorista pelos Estados Unidos, pela União Europeia, por Estados-membros da OTAN e, principalmente, pela Turquia, país onde atua e com o qual está em confronto desde sua criação, oscilando entre períodos de conflito armado e cessar-fogo. Isso se explica pela recusa categórica do governo turco de reconhecer a causa curda, o que chegou a fazer a Turquia declarar o PKK como ilegal, em 1980. Contudo, pode-se dizer que o PKK é o partido que mais influencia o movimento curdo, por meio da ampla aceitação entre a sociedade curda da orientação política desenvolvida pelo seu líder e fundador (TORELLI, 2016).

¹³ Disponível em: < <http://carnegie-mec.org/diwan/48526?lang=em> >.

¹⁴ Atualmente, tais cargos são preenchidos por Saleh Muslim Mohammed e Asiyah Abdullah.

Deve-se mencionar ainda que o PYD se aproveitou da instabilidade causada na Síria pela Primavera Árabe e pela ascensão do Estado Islâmico para se consolidar como o partido mais poderoso e bem-organizado do Curdistão Sírio. Em decorrência disso, em 2013, o PYD declarou a autonomia da região curda na Síria, formando assim a entidade auto-governante de Rojava¹⁵, que consiste de três cantões – Afrin no Oeste, Kobane no centro e Cizre (que também conhecido como Jazira) no Leste –, sendo que cada um deles possui seus próprios representantes regionais e assembleias locais (TOURIANSKI, 2015)¹⁶. Outrossim, a importância do PYD vem também do fato de que é o único partido curdo sírio que possui não só uma polícia regional, a Asayish, como um braço armado que controla a maioria das cidades e vilas curdas na Síria, formado pelas Unidades Populares de Proteção (YPG – *Yekîneyên Parastina Gel*) e pelas Unidades de Proteção das Mulheres (YPJ – *Yekîneyên Parastina Jin*) (HEVIAN, 2013).

Se por um lado a relação das Unidades de Proteção encontra-se relativamente estável com o governo sírio, desde que as forças armadas sírias foram retiradas das áreas curdas, em 2012; por outro essas guerrilhas vêm enfrentando uma batalha acentuada com o Estado Islâmico desde 2014¹⁷, tornando-se um dos atores mais ativos no combate terrestre contra esses jihadistas (THE SYRIA INSTITUTE, 2016). Em 2014, essa organização terrorista conseguiu avançar significativamente sobre o território sírio, invadindo e apoderando-se de diversas áreas curdas no processo. Contudo, desde 2015 as forças curdas têm logrado sucesso em reverter esse quadro¹⁸.

¹⁵ Mapa encontra-se no anexo A, imagem 2.

¹⁶ Ao todo, Rojava conta com 22 ministérios, um ministro e dois vice-ministros, sendo que todos os três devem ser de etnias distintas (curda, árabe e síria) e pelo menos um deve ser uma mulher (TOURIANSKI, 2015). Disponível em: < <http://bravetheworld.com/2015/06/02/anarchy-lives-rojava/> >.

¹⁷ Mapa encontra-se no anexo A, imagem 3.

¹⁸ Ao final de janeiro de 2015, o YPG e o YPJ conseguiram expulsar os jihadistas do cantão de Kobane e em junho desse mesmo ano, essas guerrilhas retomaram a cidade de Tel Abyad, uma área estratégica em Kobane, por ser considerada um reduto do Estado Islâmico na Síria (THE SYRIA INSTITUTE, 2016).

Além de serem rivais por questões territoriais, o Estado Islâmico e os curdos travam ainda um embate ideológico, considerando que a meta de tais jihadistas de estabelecer um Estado com base na ideologia fundamentalista islâmica vai de encontro com o objetivo curdo de transformar a Síria em um ator democrático, secular, plural e igualitário quanto a questão de gênero (TORELLI, 2016).

No tocante específico das Unidades de Proteção, observa-se que elas só lograram um significativo reconhecimento internacional por conta de seu protagonismo na guerra contra o Estado Islâmico. Criado em 2004, como uma resposta a forma violenta como o regime sírio reprimiu uma revolta em Quamishli, o YPG só foi assumido oficialmente como uma Unidade de Proteção em 2012. Por conta de toda a ideologia de igualdade de gênero que se encontra no baluarte do PYD e de sua ala armada, o YPG é composto por homens e mulheres (curdos – em sua maioria – sírios, assírios e armênios) que atuam em um ambiente não hierarquizado com base no gênero.

Quanto ao YPJ¹⁹, essa Unidade de Proteção foi fundada em 2013 e atua como uma guerrilha autônoma composta apenas por mulheres, conduzindo treinamentos e operações independentes do YPG. Desse modo, ela é constituída por cerca de 30 mil guerrilheiros, sendo que desses 40% são mulheres.

3. YPJ: SUBVERTENDO PAPEIS E REVOLUCIONANDO A SOCIEDADE

Para se abordar a importância do YPJ para a subversão dos papéis tradicionais femininos, se faz necessário primeiro traçar uma comparação entre a forma como as mulheres curdas eram tratadas antes da criação de Rojava e como sua situação se modificou após esse acontecimento. Como foi mencionado na seção 2, por muitos anos os curdos foram reprimidos pelo governo sírio, de forma que não tinham seus direitos assegurados e não eram reconhecidos como cidadãos. Quanto ao modelo de educação concedido pelo Estado sírio aos curdos, ele

¹⁹ O YPJ tem como antecedente a União de Mulheres Patriotas do Curdistão (YJWK – *Yekîtiya Jinên Welatparêzên Kurdistan*), a primeira organização autônoma de mulheres dentro do PKK, formada em 1987. Esta, por sua vez, fomentou a criação da União de Mulheres Livres do Curdistão (YAJK – *Yekîtiya Azadiya Jinên Kurdistan*), em 1993, que continua funcionando nos dias atuais sob o nome de Unidade Estrela de Mulheres Livres (YJA Star – *Yekîneyên Jinên Azad ên Star*) (ÇIÇEK, 2016).

crystalizava a condição de opressão de tal povo, pois censurava o ensino sobre a história, a cultura e a língua curda, e disseminava uma ideologia essencialmente patriarcal, perpetrando a subordinação das mulheres frente aos homens. Assim, no que se refere especificamente às mulheres curdas, a posição estatal não só se mantinha autoritária, como se mostrava tradicionalmente generificada e machista. Imperava na sociedade a mentalidade de que mulheres devem assumir o papel de *boas donas de casa*, prontas para cuidar do ambiente familiar e atender as necessidades de seus maridos.

Diante disso, desde pequenas, meninas curdas eram treinadas para seguirem essas diretrizes, até que alcançassem a idade em que seus pais as casassem com homens de sua escolha, a quem elas prestariam obediência a partir de então. As mulheres curdas eram vistas como escravas de seus maridos, de forma que eles as consideravam suas propriedades e as proibiam de saírem de casa sozinhas (RT NETWORK, 2015)²⁰. Não obstante, desde a criação de Rojava e da implementação do projeto político de autonomia democrática nessa região pelo PYD, houve uma ampliação e fortalecimento da atuação feminina na sociedade curda.

Em decorrência disso e guiando-se pela ideologia do Confederalismo Democrático de igualdade política, social e econômica entre os gêneros, instaurou-se a copresidência de Rojava entre uma mulher e um homem, bem como foram criadas comunas, institutos de ensino e tribunais exclusivamente para mulheres curdas²¹, visando disseminar o conceito de empoderamento feminino entre elas e pela a sociedade como um todo. Foi também estabelecido como um dos primeiros atos do governo de Rojava a criminalização de casamentos forçados, violência doméstica, crimes de honra, casamentos infantis, poligamia e dotes de casamento.

²⁰ Disponível em: <

<https://www.youtube.com/watch?v=uqI0a4VgEs8&index=6&list=PLiP2KS7cTSozJYXhWe8gE91qgZuI7-e13> >.

²¹ Todas essas instituições ficaram sob a gerência da *Yekîtiya Star*, uma organização do PYD fundada em 2005 e formada inteiramente por mulheres, que foi idealizada com objetivo estabelecer o Confederalismo Democrático, a ecologia e a igualdade entre os sexos. Com a intensificação do protagonismo feminino na sociedade curda, após a formação de Rojava, e como uma forma de lidar com a resistência inicial dos homens a isso, a *Yekîtiya Star* também criou casas de proteção e apoio às mulheres curdas. Perante isso, e levando em consideração o fato de que essa organização arquitetou o YPJ, a *Yekîtiya Star* tornou-se um ator político central em relação aos direitos das mulheres no Curdistão Sírio (GHOTBI, 2016).

Ademais, visto a temática do presente estudo, deve-se destacar a criação das Unidades de Proteção das Mulheres, ou YPJ²², como um importante impulsionador da revolução social feminista que tem se alastrado pelo Curdistão Sírio (DIRIK, 2015). Com cerca de 15 mil soldadas, a guerrilha YPJ conta com centenas de batalhões autônomos, distribuídos pelos cantões de Rojava e constituídos integralmente por mulheres, tendo como base ideológica a defesa da democracia direta, da ecologia e do empoderamento e liberdade femininos. Dessa maneira, tais Unidades de Proteção têm como principais metas: lograr a união das mulheres a um nível global; concatenar uma nova cultura militar e viabilizar o estabelecimento de uma sociedade livre, democrática e com consciência ecológica, que assegure igualdade entre todos os seus indivíduos.

A atuação do YPJ se pauta ainda no conceito de autodefesa legítima²³, assim como procura instituir mecanismos de base social e política para garantir que a salvaguarda da sociedade curda não dependa somente de sua defesa física. Diante disso, o YPJ não se limita à ação militar, de forma que também investe na educação ideológica de suas combatentes, abordando temas como o Curdistão e a cultura e realidade das mulheres curdas, focando principalmente nas relações com suas famílias e com os homens, bem como debatendo sobre o que significa *viver sendo uma mulher* em tal sociedade (YPG, 2016)²⁴.

Grande parte do contingente de combatentes do YPJ é de mulheres que se voluntariaram²⁵ para não apenas lutarem contra a brutalidade do Estado Islâmico na Síria²⁶, como também para contestar a violência e a discriminação de mulheres; para vingar as perdas

²² A criação dessa guerrilha vinha sendo elaborada pela *Yekîtiya Star* desde a fundação dessa organização, em 2005.

²³ Refere-se ao fato de que o YPJ alega que somente realiza ataques quando se sente atacado ou quando seus ideais são ameaçados (PERSSON, 2016).

²⁴ Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=_OWQ-apZC78&index=21&list=PLiP2KS7cTSozJYXhWe8gE91qgZuI7-e13 >.

²⁵ Como foi observado na seção anterior, o PYD aprovou uma lei que tornou compulsório o alistamento militar de um indivíduo por família, entre 18-30 anos, por um período de seis meses.

²⁶ Em relação às mulheres curdas, o Estado Islâmico tende a vitimá-las por meio do estupro, de sequestro, de sua venda como escravas sexuais e de sua morte (DIRIK, 2015).

que elas sofreram e vêm sofrendo com a guerra; e pela defesa da democracia, da liberdade feminina e do bem-estar de seus familiares. Além disso, existem aquelas que se juntam às Unidades de Proteção com o intuito de fugir de suas famílias e de um eventual casamento arquitetado pelos seus pais, tendo em vista que mesmo com a instauração do projeto político de Confederalismo Democrático, ainda encontram-se resquícios dos moldes patriarcais deixados pelo regime sírio na sociedade curda (RT NETWORK, 2015)²⁷.

Não obstante, observa-se que existe uma aceitação ampla do protagonismo feminino do YPJ em Rojava, de forma que agora se reconhece que as mulheres são capazes de proteger a si mesmas e aos demais. Salienta-se também que, geralmente, a adesão de uma mulher ao YPJ é tida por ela e pela sociedade como algo honroso. Como um reflexo disso, pode-se citar o relato da mãe de Janda, uma capitã do YPJ.

Duas de minhas filhas saíram de casa na mesma semana. Uma delas juntou-se ao YPJ e a outra se casou. Graças a Deus, eu não me preocupo com a minha filha no YPJ. Elas têm boas ideias e é realmente uma honra ter nossa filha no seu escalão. Minha filha casada está bem também, mas eu ainda me preocupo mais com ela (AHMAD, 2014, tradução nossa)²⁸.

As mulheres do YPJ vivem e lutam como seus equivalentes do YPG, assim como lutaram em todas as linhas de frente curdas na Síria. Na guerra pela retomada de Kobane, em 2015, 80% dos combatentes curdos que lá se encontravam eram mulheres, ocupando todos os tipos de cargos disponíveis e ajudando a liberar a cidade da invasão do Estado Islâmico (YPG, 2016)²⁹. A despeito disso, cada vez mais o YPJ consegue atrair adeptas por meio da liberdade

²⁷ Disponível em: <

<https://www.youtube.com/watch?v=uqI0a4VgEs8&index=6&list=PLiP2KS7cTSozJYXhWe8gE91qgZuI7-e13> >.

²⁸ No original: “Two of my daughters left home in the same week. One of them joined YPJ and the other married. Thank God, I do not worry about my daughter in the YPJ. They have good ideas and it is really an honor to have our daughter in their ranks. My married daughter is good too, but I still worry more about her”. Disponível em: <

<https://www.youtube.com/watch?v=ZCCODxq8diI&index=1&list=PLiP2KS7cTSozJYXhWe8gE91qgZuI7-e13> >.

²⁹ Contudo, diferente dos guerrilheiros homens, as mulheres não podem estar casadas ou pretenderem se casar, caso contrário elas são levadas a sair do YPJ, mostrando assim vestígios de critérios

e do poder de agência que elas disfrutam. Por conta do desempenho das Unidades de Proteção das Mulheres, as curdas passaram a exercer cargos em todas as entidades de Rojava, ocupando papéis em todos os campos existentes – como mídia, saúde, educação e economia – e mudando as tradicionais e generificadas divisões de trabalho, que anteriormente relegavam a elas somente atividades no âmbito familiar. Além disso, as transformações têm sido sentidas com relação à aceitação masculina do novo protagonismo feminino, visto que os homens, que controlavam todos os aspectos da vida das mulheres curdas, agora atuam lado a lado delas tanto na esfera militar como fora.

Alega-se, portanto, que o YPJ tem logrado sucesso em transformar mulheres reprimidas e passivas em agentes ativos no Curdistão Sírio. Além disso, esse modelo curdo de revolução social feminista procura inspirar uma mudança global na forma como as mulheres são tratadas, almejando, acima de tudo, a liberdade, proteção e representação femininas.

Diante do que foi exposto nesta seção e nas anteriores, pode-se constatar que a atuação revolucionária do YPJ não seria possível se não houvesse um arcabouço político-ideológico para orientar suas ações, sendo este o Confederalismo Democrático de Abdullah Ocalan. Tendo como um de seus principais motes o pleito pela igualdade social, política e econômica entre homens e mulheres, essa ideologia rechaça o patriarcalismo, vinculando-o com a opressão feminina e a dominação e o poder masculinos. Além disso, tais ideias têm fundamento na noção de que deve haver uma contínua e autônoma luta feminista, uma vez que não se pode assumir que a emancipação das mulheres está garantida, até mesmo em uma sociedade que alegue ter alcançado a liberdade e a igualdade *gerais* (OCALAN, 2013). Assim, pode-se dizer que o YPJ vem liderando tal luta feminista em Rojava.

Outrossim, destaca-se o fato de que essa guerrilha tem quebrado os paradigmas estabelecidos pela teoria da militarização de gênero, de forma que rejeita os estereótipos de comportamentos e papéis femininos impostos às mulheres que se encontram em um âmbito de guerra. Isso porque, na esfera de atuação do YPG e YPJ não se distingue entre combatentes homens e mulheres no que se refere a poder, habilidade, bravura, capacidade e desempenho.

dicotômicos para homens e mulheres dentro do aparato militar curdo sírio (YPG, 2016). Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=_OWQ-apZC78&index=21&list=PLiP2KS7cTSozJYXhWe8gE91qgZuI7-e13 >.

Assim, descarta-se o pensamento de que, por seus atributos físicos e características comportamentais, os homens são melhores soldados que as mulheres. Dessa forma, o YPJ mina a retórica da masculinidade militarizada de superioridade do masculino frente ao feminino.

Outro ponto importante é que, seja intencionalmente ou não, o YPJ contesta os limites postos pela feminilidade militarizada ao comportamento das mulheres em ambientes militarizados. Diante disso, não se deve esperar que uma combatente de tal guerrilha participe de forma comedida e passiva na esfera militar, por acreditar que a guerra de fato deva ser travada por homens. Além disso, o *estar em um âmbito militar* não impede as soldadas de exporem sua feminilidade, de modo que se pode encontrar diversas delas usando lenços coloridos e florais em suas cabeças, mostrando sua individualidade e não emulando a aparência masculina.

O YPJ não é subordinado ao YPG, sendo eles equipotentes. Perante isso, salienta-se que as combatentes curdas podem alcançar (e alcançam) cargos mais altos do que os ocupados pelos homens. Independente do gênero, um combatente pode atuar em posições diversas, de forma que curdos e curdas chegam a lutar juntos nas batalhas contra o Estado Islâmico. Assim, observa-se que o YPJ combate a preconceção de que, na guerra, mulheres assimilam o papel de *Beautiful Souls*, sendo puras, pacíficas, virtuosas e que precisam ser protegidas por homens corajosos e racionais.

Dessa forma, têm-se as guerrilheiras do YPJ como personificações do conceito de *Ferocious Few*, de Elshtain (1941), visto que elas atuam diretamente nos campos de batalha, se mostrando ativas e eficazes. Alega-se então que essas combatentes protagonizam uma revolução social feminista, ao passo que tem logrado mudar a retrógrada mentalidade patriarcal e sexista que controlava a sociedade curda e oprimia e cerceava a liberdade das mulheres. Como um reflexo disso, vê-se atualmente que tanto a luta do YPJ como as ações políticas, sociais e econômicas em Rojava têm como uma de suas metas a emancipação feminina.

Constata-se, por fim, que uma das grandes conquistas do YPJ tem sido a desmilitarização da sociedade curda. Por meio de sua ideologia e de suas ações, essa guerrilha vem subvertendo os conceitos predominantemente masculinizados da militarização – que uma vez se mostravam fortemente enraizados na sociedade curda – construindo com isso sua própria cultura militar e transformando toda a forma como a estrutura social curda responde à mulher.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **We Should All Be Feminists**. New York: Vintage Books, 2014.

AHMAD, Rozh. **YPJ Kurdish Female Fighters: A Day in Syria**. 2014. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=ZCCODxq8diI&index=1&list=PLiP2KS7cTSozJYXhWe8gE91qgZuI7-e13> >. Acessado em: 19 de abril de 2016.

CARNEGIE MIDDLE EAST CENTER (MEC). **The Kurdish Democratic Union Party**. 2012. Disponível em: < <http://carnegie-mec.org/diwan/48526?lang=en> >. Acessado em 14 de outubro de 2016.

CAVES, John. **Syrian Kurds and the Democratic Union Party (PYD)**. US: Institute for the Study of War, Backgrounder, December 2012.

ÇIÇEK, Meral. **Did the women of the YPJ simply fall from the sky?** Kurdish Question, 2015. Disponível em: < <http://kurdishquestion.com/oldsite/index.php/kurdistan/west-kurdistan/did-the-women-of-the-ypj-simply-fall-from-the-sky/543-did-the-women-of-the-ypj-simply-fall-from-the-sky.html> >. Acessado em 31 de maio de 2016.

DIRIK, Dilar. The Women's Revolution in Rojava: Defeating Fascism by Constructing an Alternative Society. In: STRANGERS IN A TANGLED WILDERNESS (ed.). **A Small Key Can Open A Large Door: The Rojava Revolution**. Combustion Books, 2015.

EICHLER, Maya. **Militarized Masculinities in International Relations**. Rhode Island: The Brown Journal of World Affairs, fall/winter 2014, vol. XXI, issue 1, p. 81 - 93.

ELSHTAIN, Jean Bethke. **Women and War**. Chicago: The University of Chicago Press, 1941.

ENLOE, Cynthia. **Maneuvers: The International Politics of Militarizing Women's Lives**. California: University of California Press, 1938.

_____. Understanding Militarism, Militarization and the Linkages with Globalization: Using a Feminist Curiosity. In: GEUSKENS, Isabelle (ed.); GOSEWINKEL, Merle (ed.); SCHELLENS, Sophie (ed.). **Gender & Militarization: Analyzing the Links to Strategize for Peace**. Netherlands: Women Peacemakers Program (WPP), 2014, p. 9-11.

GHOTBI, Sanna. **The Rojava Revolution: Kurdish Women's Reclaim of Citizenship in a Stateless Context**. Switzerland: University of Gothenburg, Institution of Global Studies, 2016.

HEVIAN, Rodi. **The Resurrection of Syrian Kurdish Politics**. Middle East Review of International Affairs, vol. 17, no. 3 (Fall 2013).

JACOBY, Tamy. Fighting in the Feminine: The Dilemmas of Combat Women in Israel. In: SJOBERG, Laura (ed.); VIA, Sandra (ed.). **Gender, War and Militarism: Feminist Perspectives**. California: ABC-CLIO, 2010, p. 80 - 90.

LUTZ, C. **Making War at Home in the United States: Militarization and the current crisis**. Washington, D.C.: American Anthropologist, vol. 104, no. 3, p. 723-735.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e Política**. 1ª edição. São Paulo: Boitempo, 2014.

MOREL, Ana Paula Massader. **Confederalismo Democrático: A Proposta Libertária do Povo Curdo**. Revista Diáspora, 2016. Disponível em: < <http://www.revistadiaspora.org/2016/02/22/confederalismo-democratico/> >. Acessado em 12 de agosto de 2016.

OCALAN, Abdullah. **Democratic Confederalism**. 1st edition. London: International Initiative, 2011.

_____. **Liberating Life: Woman's Revolution**. 1st edition. London: International Initiative, 2013.

O'DRISCOLL, Dylan. **The YPG and the Changing Dynamics of the Fight Against IS**. Poland: The Polish Institute of International Affairs, Policy Paper, no. 24 (126), August 2015.

PEOPLE'S PROTECTION UNITS - YPG. **YPJ: Women's Defense Units (Women's Protection Units)**. Ragihandina YPG, 2016. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=_OWQ-apZC78&index=21&list=PLiP2KS7cTSozJYXhWe8gE91qgZuI7-e13 >. Acessado em: 3 de novembro de 2016.

PERSSON, Isabelle. **The Good, The Bad and The Women: A Critical Discourse Analysis on Media Constructions of Yekîneyên Parastina Jinê and the Western Muhaajirat in Syria**. Sweden: Malmö University, Faculty of Culture and Society, Peace and Conflict Studies, 2016.

ROMANO, David. **The Kurdish Nationalist Movement: Opportunity, Mobilization and Identity**. UK: Cambridge University Press, 2006, p. 1 - 25.

RUSSIA TODAY NETWORK. **Her War: Women vs. ISIS**. 2015. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=uqI0a4VgEs8&index=6&list=PLiP2KS7cTSozJYXhWe8gE91qgZuI7-e13> >. Acessado em 19 de abril de 2016.

SARY, Ghadi. **Kurdish Self-governance in Syria: Survival and Ambition**. UK: Chatham House, Middle East and North Africa Programme, September 2016.

SJOBERG, Laura. **Gendering Global Conflict: Toward a Feminist Theory of War**. New York: Columbia University Press, 2013.

_____ ; GENTRY, Caron E. **Mothers, Monsters, Whores: Women's Violence in Global Politics**. New York: Zed Books, 2007.

_____ ; VIA, Sandra. Introduction. In: SJOBERG, Laura (ed.); VIA, Sandra (ed.). **Gender, War and Militarism: Feminist Perspectives**. California: ABC-CLIO, 2010, p. 1 - 13.

THE SYRIA INSTITUTE. **People's Protection Units (YPG)**. Washington, DC: The Syria Institute, August 2016.

TORELLI, Stefano M. **Kurdistan: An Invisible Nation**. Italy: Italian Institute for International Political Studies (ISPI), 2016.

TOURIANSKI, Julia. **Anarchy Lives: Rojava**. 2015. Disponível em: < <http://bravetheworld.com/2015/06/02/anarchy-lives-rojava/> >. Acessado em: 14 de novembro de 2016.

UNICEF. **Hidden in Plain Sight: A Statistical Analysis of Violence Against Children**. New York, UNICEF, 2014.

UNITED NATIONS. **The World's Women 2015: Trends and Statistics**. New York: United Nations, Department of Economics and Social Affairs, Statistics Division, 2015.

VAGTS, Alfred. **A History of Militarism: Civilian and Military**. United States: University of Michigan, Meridian Books, 1959.

VIA, Sandra. Gender, Militarism, and Globalization: Soldiers for Hire and Hegemonic Masculinity. In: SJOBERG, Laura (ed.); VIA, Sandra (ed.). **Gender, War and Militarism: Feminist Perspectives**. California: ABC-CLIO, 2010, p. 42 - 53.

WITTIG, Monique. **A Lesbian Is Not a Woman**. In: OLIVER, Kelly (ed.). *French Feminism Reader*. Maryland: Rowan & Littlefield Publishers, 2000, p. 119 - 144.

ANEXO A – Mapas

Imagem 1: Mapa do Grande Curdistão, englobando territórios curdos na Síria, na Turquia, no Irã e no Iraque. Fonte: Limes, BBC, The Washington Post e M. Izady, 2016. In: TORELLI, Stefano. Kurdistan: An Invisible Nation. Italy: Italian Institute for International Political Studies (ISPI), 2016.

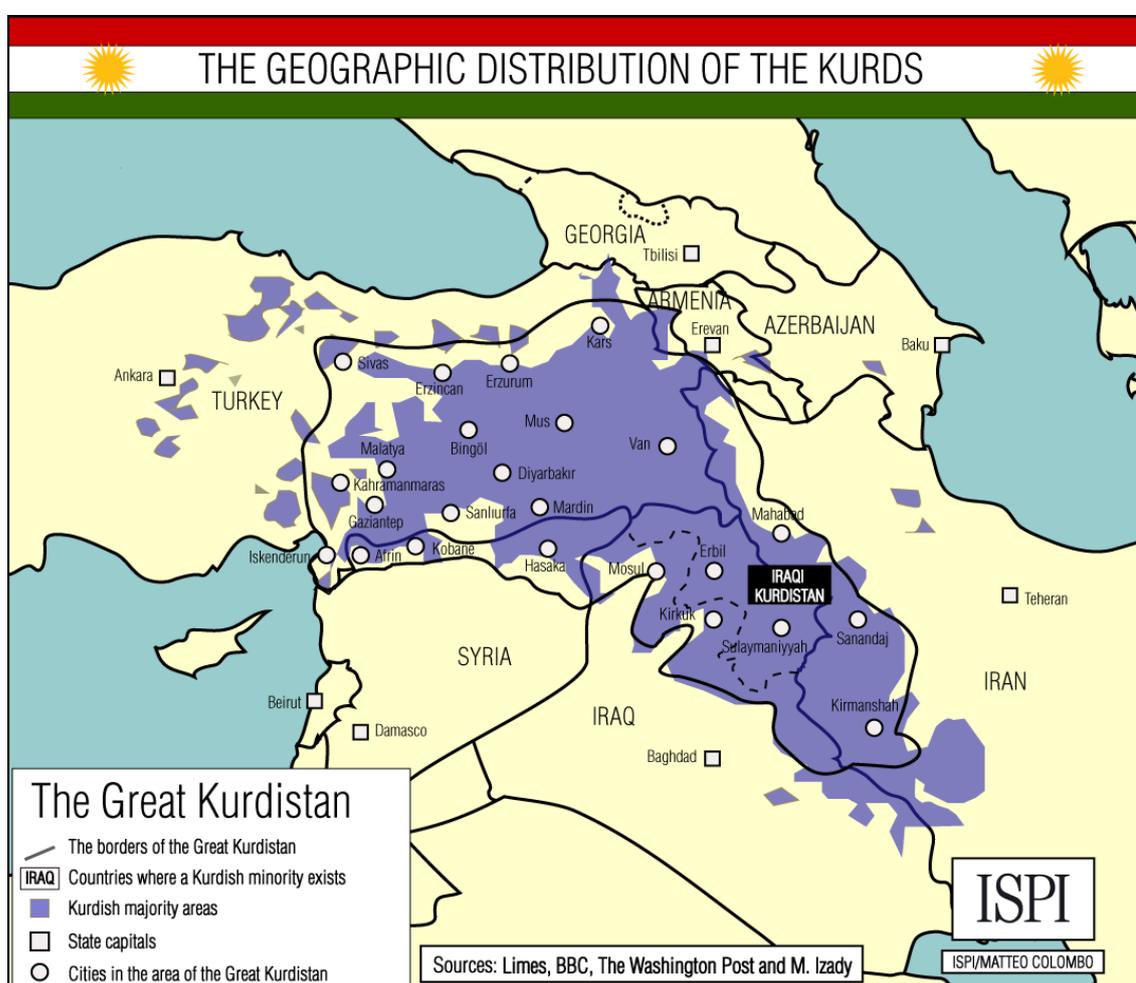


Imagem 2: Mapa de Rojava (Curdistão Sírio), composto dos cantões de Afrin, Kobane e Cizre.

Fonte: The Georgia Straight, 2016. Disponível em: < <http://www.straight.com/news/784736/chris-shaw-does-road-just-society-run-through-rojava-northern-edge-syria> >.

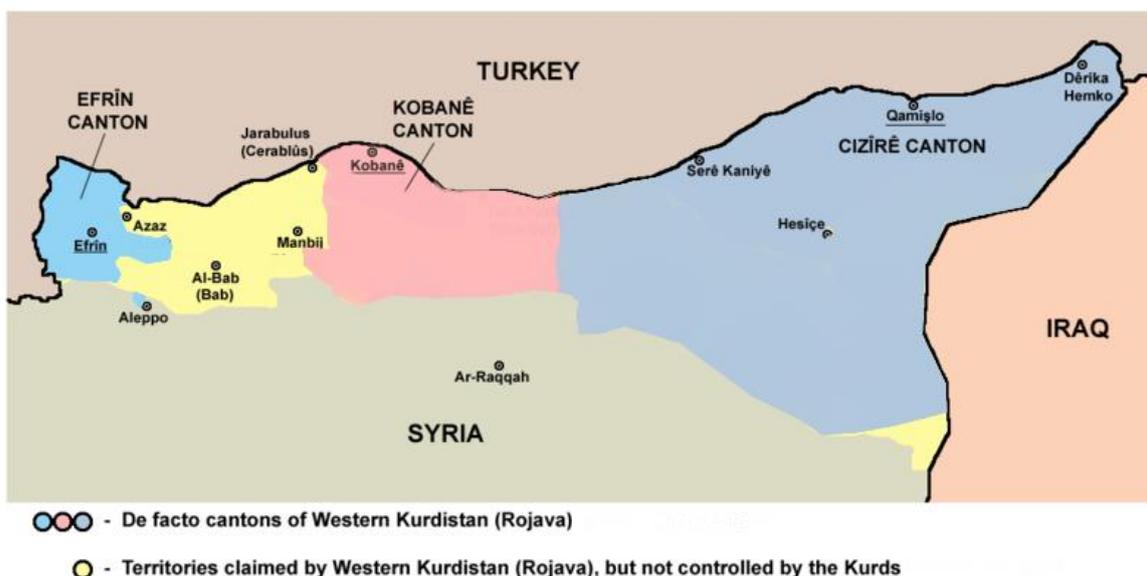


Imagem 3: Mapa do conflito regional entre o Estado Islâmico e os curdos na Síria. Fonte: Italian Institute for International Political Studies (ISPI), 2016. In: TORELLI, Stefano. Kurdistan: An Invisible Nation. Italy: Italian Institute for International Political Studies (ISPI), 2016.

